

O Boletim Económico é uma publicação do portal www.esquerda.net e tem como objectivo informar e discutir temas de economia e sociedade.

Para qualquer informação: Gustavo Sugahara (tel. 210 191 350) ou mail economia@esquerda.net

SUMÁRIO EXECUTIVO:

ONDE PÁRA O DESEMPREGO?

- Desemprego atingiu os 10,3% em Novembro de 2009
- 22,8 milhões de desempregados na União Europeia
- Desemprego deve atingir cerca de 700 mil
- Emprego deverá continuar a diminuir em 2010
- Nível de execução e corte nas verbas da iniciativa emprego 09/10 não auguram boas perspectivas para o combate ao desemprego.

O TRABALHO É UMA MERCADORIA?

- Separação de águas no pensamento económico
- Relação entre as empresas e os trabalhadores pode ser descrita simplesmente como um mercado
- Economia tem progressivamente subestimado a questão do trabalho
- Principal ataque centra-se na questão dos salários

INVESTIR E DISTRIBUIR

- Crescimento económico é fundamental
- Importante oportunidade para reduzir desigualdades
- Coordenação e Regulação europeia são fundamentais
- Ausência de uma política industrial impede desenvolvimento económico sustentado

MAIS NOTÍCIAS NESTE BOLETIM

- Os números do desemprego em Portugal
- Políticas económicas pelo mundo
- Taxas multibanco proibidas por lei

GRÁFICO 1: PORTUGAL - TAXA DE DESEMPREGO TRIMESTRAL -1998 - 2009

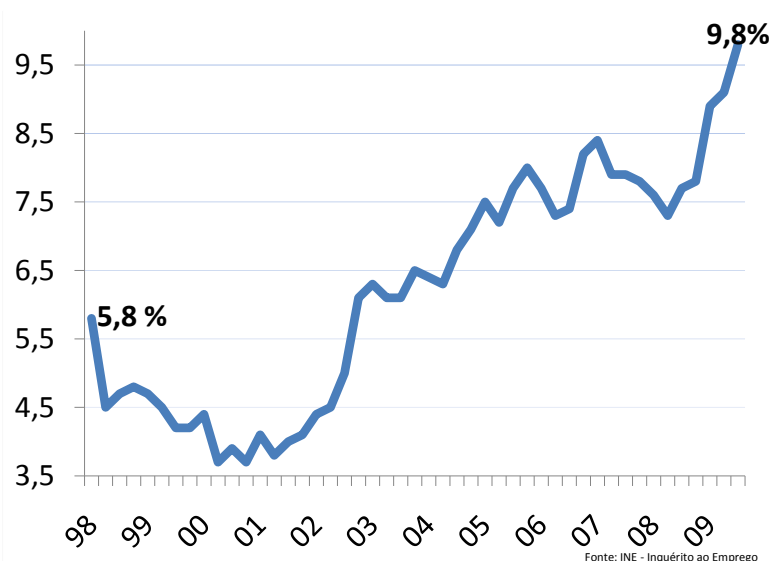
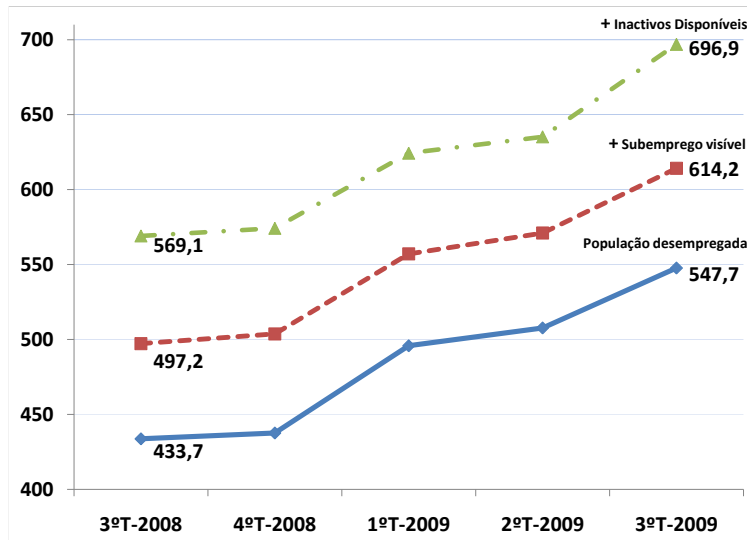


GRÁFICO 2: PORTUGAL - POPULAÇÃO DESEMPREGADA, VALOR TRIMESTRAL 1998 - 2009



ONDE PÁRA O DESEMPREGO?

Os números recém divulgados pelo Eurostat apontam que a taxa de desemprego em Portugal tenha atingido os 10,3% em Novembro de 2009, valor superior à média da Europa a 27 (9,5%), e da zona Euro (10%), ou seja, o mais alto índice de desemprego observado a esta escala desde Agosto de 1998. Por outras palavras, este número significa que 22,8 milhões de homens e mulheres da União Europeia se encontravam desempregados nos finais de 2009, dos quais 15,7 milhões na zona Euro.

No seu boletim de Inverno, o Banco de Portugal estima que o emprego deverá continuar a diminuir em 2010, prevendo uma redução de cerca de 1,3%. Já no último trimestre de 2009 o desemprego oficial atingiu os 9,8% (ver Gráfico 1), ou seja, atingiu o valor de cerca 547,7 mil portugueses desempregados. Contudo, de acordo com a forma de cálculo que for adoptada (ver gráfico 2) este número pode ser muito maior, 696,9 mil.

Como vimos no Boletim nº1, o aumento acentuado do desemprego era uma das consequências esperadas da crise financeira. A quebra brusca na procura, devido à desvalorização dos activos financeiros em escala global, em conjunto com a forte restrição de liquidez, fez com que muitas empresas fossem obrigadas a abrandar o ritmo de produção, tendo muitas que fechar, num ciclo que ainda não terminou e que, por isso, pode ainda ter consequências mais graves.

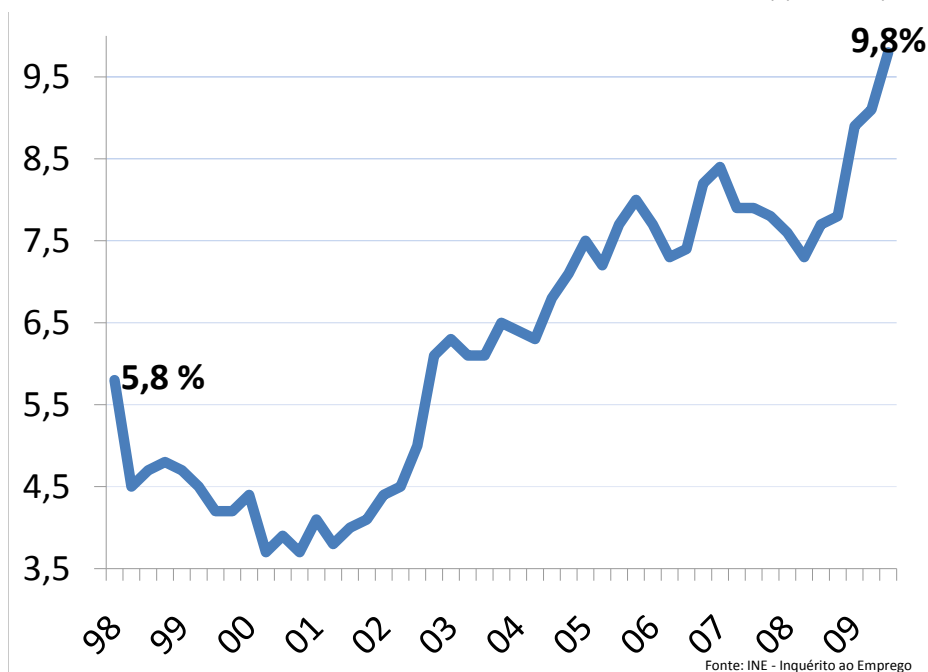
A redução dos actuais níveis de desemprego está portanto intimamente relacionada com a superação da crise económica. Ainda no Boletim nº1 enunciámos as medidas necessárias para ultrapassar a crise, entre as quais destacámos a importância

do investimento público e dos gastos sociais. No contexto europeu, o caso português é particularmente grave: entre 1998 e 2008, Portugal registou uma diminuição média de 4,6% ao ano do investimento público, tornando-se o país da União Europeia onde este tipo de investimento teve o maior recuo. O Eurostat destaca que em 2004 o investimento público total português era de 3,1% do PIB, tendo este valor regredido, em 2008, para 2,1% do PIB.

Sob o argumento da redução do défice, que será novamente evocado no próximo orçamento, o Governo português sacrificou os serviços públicos e recorreu amplamente à estratégia de privatizações (ver Boletim nº3). Entre 2004 e 2008, enquanto a parcela do investimento público europeu em relação ao PIB aumentou em média 12,5%, situando-se em 2,7 % do PIB, em Portugal reduziu-se, em média, cerca de 32%.

Por outro lado, a contínua redução dos recursos públicos destinados aos desempregados tem um particular efeito negativo nos períodos de crise, visto que os mesmos são um dos principais componentes dos chamados “estabilizadores automáticos”. O conceito é simples e decorre da ideia de que algumas rubricas do orçamento público se ajustam de forma “mecânica”, consoante o nível de actividade económica, contribuindo assim para que a economia

GRÁFICO 1
PORTUGAL - TAXA DE DESEMPREGO TRIMESTRAL -1998 - 2009



OS NÚMEROS DO DESEMPREGO EM PORTUGAL

Como qualquer outra informação quantitativa os números do desemprego também merecem algum questionamento de ordem metodológicas. Embora o conceito pareça ser “simples”, a realidade mostra que a forma como se mede o desemprego tem forte influência sobre os resultados obtidos.

Os dois principais indicadores sobre emprego em Portugal provém do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Para o INE uma pessoa é considerada empregada quando trabalhou, pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração, “ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou géneros”. Por outro lado, considera o INE que o desempregado é aquele que procurou emprego (com ou sem remuneração) num determinado período de referência, no caso, nas últimas 3 semanas. Sendo assim, se um trabalhador desempregado não procurou trabalho no período de referência, este passa a não contar para o número de desempregados. São os chamados inactivos disponíveis.

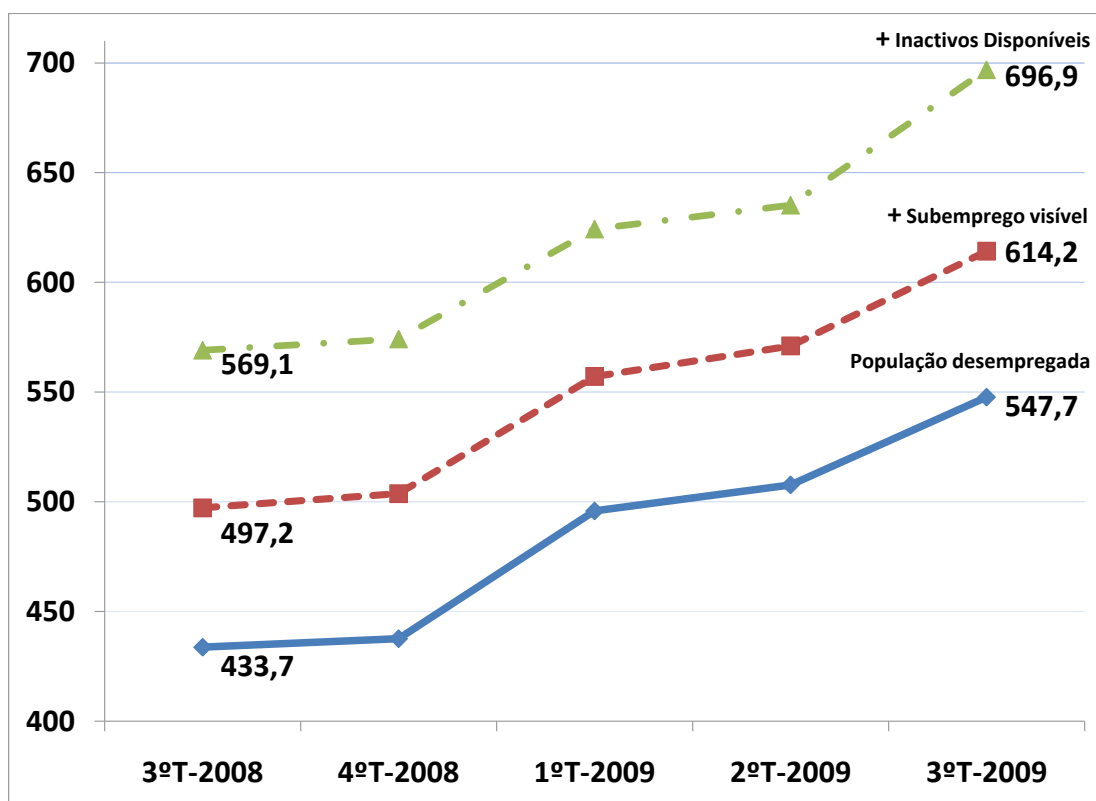
Parece se ter uma noção, no 3º trimestre de 2009, foram contabilizadas 82,7 mil pessoas como “inactivos disponíveis”, e mais 66,5 mil como “subemprego visível” (pessoas cuja duração de trabalho declarada era inferior à duração normal do posto de trabalho). Neste caso, aos 547,7 mil desempregados anunciados pelo INE, poderíamos acrescentar ao menos mais 149,2 mil indivíduos caso tivéssemos utilizado outro critério para contabilizar os desempregados (ver Gráfico 2).

Outra fonte comumente utilizada para medir o desemprego é o IEFP, neste indicador são considerados desempregados todos aqueles que estão inscritos nos Centros de Emprego.

Para além de não contabilizar os desempregados não inscritos, e há muitas razões que podem justificar o facto de um desempregado não estar inscrito, a maior crítica feita aos números divulgados pelo IEFP dizem respeito as chamadas “limpezas dos ficheiros”. De tempos em tempos, sem que os critérios e o número de excluídos seja divulgado, o IEFP retira da sua base de dados uma série de desempregados, sem que os mesmos tenham conseguido trabalho.

Em Dezembro de 2009 o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego era de 524.674 pessoas, um aumento de 26%, mais 110 mil pessoas em relação a Dezembro de 2008.

GRÁFICO 2: PORTUGAL - POPULAÇÃO DESEMPREGADA, VALOR TRIMESTRAL 1998 - 2009



evolua positivamente de forma estável. Neste sentido, é preocupante a constatação de que o volume de recursos que o Estado português tem destinado aos desempregados registre uma diminuição sistemática. Mesmo com as medidas excepcionais anunciadas pelo Governo para 2009 e 2010, o gasto médio com cada desempregado, entre 2006 e 2009, foi de 313 euros mensais, valor que era de 404 euros entre 2001 e 2005.

Os péssimos resultados apresentados pela execução dos últimos programas implementados pelo Governo (dos 580 milhões de euros anunciados para a “iniciativa emprego 2009”, só foram aplicados 260 milhões) em conjunto com o já anunciado corte nas verbas destinadas ao programa para 2010 (menos 73,5 milhões), não auguram boas perspectivas para o combate ao desemprego.

O TRABALHO É UMA MERCADORIA?

O tema do desemprego é uma das principais linhas de separação de águas no pensamento económico, sendo habitualmente tratado no âmbito de um espectro mais específico, a Economia do Trabalho. De facto, o modo como o trabalho é encarado revela-se fundamental para a análise e, é claro, para as respostas em termos de políticas de combate ao desemprego.

Em linhas gerais, a perspectiva que actualmente monopoliza o discurso na Economia tende a descrever a relação entre as empresas e os trabalhadores como um mercado, onde o primeiro representa a procura e o segundo a oferta. Neste caso a procura, ou seja, o nível de emprego, está sob influência do contributo que o trabalhador oferece para a produção dos bens e serviços que serão posteriormente colocados à venda no mercado. No outro extremo da relação, o trabalhador deve por sua vez apenas escolher entre lazer e trabalho, assumindo-se portanto que aqueles que não se encontram a trabalhar o fazem por opção, pois não estão dispostos a submeter-se a um determinado nível salarial. De acordo com esta lógica, os salários seriam um resultado “mecânico” resultante desta interacção e do ajustamento entre oferta e procura de trabalho.

Quando abordamos a questão do desemprego segundo esta perspectiva, as soluções passam sempre pela análise do mercado de trabalho, recaindo em particular sobre o trabalhador. Questiona-se então a sua “empregabilidade”, ou seja, quão raro é o contributo que o trabalhador oferece, o que supostamente reflectirá também o seu salário.

Tendo ainda como base este tipo de raciocínio, opta-se por soluções políticas que procuram uma maior fluidez no mercado de trabalho, no qual os direitos laborais, por exemplo, são muitas vezes encarados como prejudiciais ao bom funcionamento do mercado, visto que introduzem barreiras ao seu ajustamento automático, anteriormente referido. O mesmo raciocínio incide assim na análise do comportamento do trabalhador, que se presume ter como único incentivo, o salário. Com o objectivo de conseguir melhores remunerações, a atitude racional de um trabalhador residiria por isso essencialmente em procurar “qualificações” mais rentáveis, motivo pelo qual as profissões sem um claro “valor de mercado” não deveriam ser encorajadas.

Talvez a Economia se tenha assim progressivamente tornado na ciência social que mais subestima a questão do trabalho. De facto, a sua importância na construção do indivíduo e influência relativamente à sua participação na sociedade constituem aspectos fundamentais, frequentemente ignorados. Vale neste sentido a pena lembrar ainda que o trabalho tem um papel fundamental na organização colectiva, não apenas pela provisão de bens e serviços essenciais para a nossa sobrevivência, mas também pela importância basilar que a actividade laboral tem para a construção da relação do indivíduo com o mundo à sua volta. Neste sentido, níveis elevados de desemprego representam não apenas um alto custo monetário para a sociedade, em virtude do que estes trabalhadores deixam de produzir, da perda das suas contribuições, e dos custos referentes aos apoios sociais, mas fundamentalmente pela forte corrosão da coesão social que a situação de desemprego representa.

O aprofundamento de políticas baseadas numa concepção puramente mercantilista do problema do desemprego tem assim agravado o problema da precariedade



Foto monkeyc.net

laboral, que destacámos no Boletim nº4. Ao desprezar completamente a desigualdade na relação de forças entre o empregador e o trabalhador, estas políticas geram uma crescente complacência relativamente a condições de trabalho que há muito deveriam ter sido superadas e que, como argumentamos, são lesivas para o bom funcionamento da economia como um todo.

Neste momento, o principal ataque aos trabalhadores centra-se na questão dos salários, em particular nos reajuste da função pública (que acaba por influenciar o sector privado) e na discussão em torno do salário mínimo. Como é seu costume, as federações patronais em Portugal avançam com o argumento de que o acréscimo dos salários retiraria competitividade à economia portuguesa, classificando-o como um aumento injustificado e artificial, por não representar correlativamente um aumento da produtividade do trabalhador.

Sobre o referido impacto em termos de aumento dos custos salariais das empresas, um recente estudo¹, do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação, assinala que o impacto em 2008 do acordo sobre a evolução da RMMG, em termos de aumento dos custos salariais das empresas representa um valor modesto, que corresponde a cerca de 0,13% do volume total de ganhos dos Trabalhadores por conta de outrem a tempo integral.

¹ MAMEDE, R. P. (2009) Impacto do aumento do salário mínimo em 2008: uma estimativa baseada na estrutura salarial das empresas portuguesas, disponível aqui.

INVESTIR E DISTRIBUIR

Um dos únicos pontos de convergência entre os economistas em torno da questão do combate ao desemprego é o da sua íntima relação com a questão do crescimento económico. Sendo assim, importa lembrar que a retoma de uma trajectória positiva de crescimento do produto passa sem dúvida pela superação da crise económica que vivemos.

Neste sentido, torna-se importante termos em mente que a actual crise tem como origem (ver Boletim nº1) a sobrevalorização da actividade financeira em detrimento dos demais sectores da economia, com consequências graves para toda a população, principalmente no que concerne à deterioração do seu poder de compra. A principal consequência que daqui decorre é o facto de uma parte significativa das empresas não conseguirem vender as suas mercadorias, não em virtude do excesso de produção, mas sim devido à falta de recursos e capacidade de aquisição dos consumidores.

Portugal continua a apresentar elevados níveis de pobreza e desigualdade. Os números mais recentes, divulgados pelo Eurostat e referentes ao ano de 2008, confirmam que o nosso país possui cerca de 18% da sua população em risco de pobreza. Como destacámos no Boletim nº2, a desigualdade gera maiores níveis de corrupção, degrada a legitimidade social, promove a exclusão e provoca um retrocesso nos níveis de qualidade de vida. As consequências para a economia são evidentes e, neste sentido, a crise surge como uma importante oportunidade para reduzir o fosso que separa cada vez mais os ricos e os pobres em Portugal, e cujos efeitos do ponto de vista produtivo são bastante evidentes.

É ainda importante lembrarmos que a economia portuguesa deve ser sempre enquadrada no contexto de integração europeia na moeda única. A ausência de regras e coordenação que tem caracterizado a política económica defendida pelo Banco Central Europeu, e por parte significativa dos países do Euro, tem sido um dos principais empecilhos para o desenvolvimento económico de Portugal, que ainda sofre com um processo de integração que sobrevalorizou a moeda nacional, resultando essa apreciação excessiva na perda de competitividade da indústria portuguesa.

A ausência de uma política industrial impede ainda que muitas decisões e compromissos estratégicos de longo prazo sejam tomados, de forma a possibilitar um desenvolvimento económico sustentado. O reflexo na formação é um bom exemplo disto. Sem encontrar saídas profissionais, muitos dos recém-licenciados são empurrados para actividades onde não podem desenvolver verdadeiramente o seu potencial. Sem a perspectiva de um real investimento coordenado e de longo prazo, estes trabalhadores qualificados passam a significar apenas uma mão-de-obra mais cara para as empresas. A aposta em conhecimento e inovação, cuja componente relativa à investigação científica tem um grande peso, continua a ser a principal estratégia utilizada pelos países desenvolvidos para garantir um desenvolvimento económico sustentado.



TAXAS MULTIBANCO PROIBIDAS POR LEI

Na sequência do pedido de apreciação parlamentar para travar a introdução das taxas multibanco, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (entregue na sequência dos protestos pela transposição da directiva europeia

que permitia a cobrança de taxas nos pagamentos multibanco). O Conselho de Ministros aprovou o diploma que proíbe a cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações em caixas multibanco.

Foto stuff_and_nonsense



POLÍTICAS ECONÓMICAS PELO MUNDO

O mês de Janeiro foi bastante agitado para os responsáveis pela condução de políticas económicas pelo mundo.

Na Argentina o presidente do Banco Central foi demitido por decreto. Sob o argumento da independência do Banco Central (cuja nomeação e demissão dos membros é feita pelo congresso argentino), Martín Redrado tentava impedir os planos do Governo de criar um fundo de 4,6 mil milhões de euros das reservas públicas para pagar cerca de metade da dívida pública argentina. Ao passo que o Governo argentino tentava criar um fundo

de investimento público para liquidar dívidas e abrir espaço para os investimentos públicos. Redrado pretendia que as reservas cambiais do país permanecessem paradas no BC, com baixos rendimentos, enquanto o pagamento dos juros deveria ser feito com recursos orçamentais (aumento de impostos).

Na Islândia o veto presidencial ao reembolso da dívida pelas perdas causadas pela falência do banco Icesave, no valor de 40% do PIB islandês, veio na sequência das sondagens que indicavam que 70% da população islandesa estava contra esta

devolução. Um referendo será realizado no dia 6 de Março.

Nos Estados Unidos o presidente Barack Obama anunciou a criação de uma taxa de 0,15% do apuro das instituições financeiras, restringindo a sua aplicação apenas às instituições com activos acima de 50 mil milhões de dólares. Obama viria ainda a apresentar novas propostas, com o objectivo de limitar a dimensão das instituições financeiras do país e restringir a actividade das correctoras.